



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015137-22.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Virtude Aranda de Camargo**  
 Requerido: **Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### VISTOS.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **VIRTUDE ARANDA DE CAMARGO**, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**, sustentando ser portadora de *Diabetes mellitus* e que, para melhor controle da doença, lhe foi prescrita a utilização dos medicamentos “*Glicazida/Diamicron 60 mg*”, “*Vidagliptina/Galvus 1000 mg*” e “*D-Fort/Vitamina D*”, não tendo condições de arcar com o custo do tratamento.

O Ministério Público apresentou parecer favorável à concessão da liminar a fls. 16 - verso.

A liminar foi concedida a fls. 17 e 17 verso.

O Estado de São Paulo contestou a ação às fls. 26/33. Arguiu, preliminarmente, a inépcia da inicial por ser o pedido genérico e incerto. No mérito apontou que os medicamentos para o tratamento da patologia da autora são fornecidos na rede pública de saúde, devendo o paciente dirigir-se à Unidade Básica de Saúde designada pelo Município, munida da prescrição médica original, para obter a dispensação. Frisou que o objetivo da autora é a garantia de obtenção de medicamento específico, desconsiderando o fato de haver terapêutica análoga e disponível na rede pública.

Relatório médico a fls. 37.

Réplica a fls. 40/49.

### É O RELATÓRIO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Afasto, inicialmente, a preliminar arguida na contestação. O pedido diz respeito ao direito à saúde, que irá se materializar com o fornecimento dos medicamentos *Glicazida/Diamicron 60 mg*”, “*Vidagliptina/Galvus 1000 mg*” e “*D-Fort/Vitamina D*”.

No mais, diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia.

No mérito, o pedido merece acolhimento, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Cabe aos Estados ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls. 11, sendo assistida pela Defensoria Pública.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Assim, é inescusável o dever do Estado em garantir o acesso igualitário a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em território nacional à saúde.

A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da CF, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Ressalte-se, por fim, que a médica da rede pública que atende a autora, sendo, portanto, conhecedora de suas peculiaridades, recomendou o fármaco pretendido, frisando a fls. 37 que a paciente deve “*se beneficiar do tratamento prescrito*”. Ademais, não cabe o Estado determinar o melhor medicamento para o tratamento médico, mas sim o profissional da saúde que acompanha o paciente ora autor.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Não há condenação em custas e nos honorários advocatícios, pois o autor é patrocinado pela Defensoria Pública e, nesta situação, aplica-se o disposto na Súmula 421 do STJ.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 28 de março de 2014.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**